



# Anais da Assembléia

N° 015

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 09 DE MARÇO DE 1994

ANO XX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo .....	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL .....	Deputado NELSON GARCIA
PDT .....	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB .....	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB .....	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT .....	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL .....	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP .....	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB** - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antônio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 10: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN**: José da Silva Reis - Volkmir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT** - 08: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Rossoni - Valderi Mendes Vilela; **Suplentes**: Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB** - 10: Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregoneze - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **Suplentes**: Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB** - 02: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig; **Suplentes**: Tadeu Lúcio Machado - José Boiko; **PT** - 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes**: Lygia Lumina Pupatto - Penedes de H. Mello; **PL** - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes**: Delvino Longhi, Mário Vargas J. da Rocha; **SEM PARTIDO** - 02: Hermas Eurides Brandão - Carlos Xavier Simões. **Deputados Licenciados**: Luiz Carlos Calto Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e Cidadania; Algaci Ornário Túlio - Secretário Municipal Extraordinário de Assuntos Metropolitanos da Capital do Estado. (•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

**4. SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA**  
**ATA DA 12.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 1994**  
**(QUARTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Geraldo Cartário, secretariada pelos Senhores Deputados Nilton Barbosa e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Valderi Mendes Vilela e Rossoni (46). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Djalma de Almeida César, Élio Rusch, José Alves, Nelson Justus, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia e Toti Colaço (07). Em licença o Sr. Deputado Colombino Grassano (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O .**

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E :**

**Mensagens:**

MENSAGEM N° 011/94

Curitiba, 08 de março de 1994.  
 Senhor Presidente.

Em conformidade com o preceito contido no art. 53, inciso IX, combinado com o art. 66, inciso II, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o in-

cluso anteprojeto de lei objetivando alterar o art. 2º, da Lei n° 9.198, de 18 de janeiro de 1990, para modificar a redação de seu § 2º e acrescentar-lhe um novo parágrafo (§ 3º).

A proposição ora encaminhada, é necessária e oportuna em face do contido na Emenda Constitucional n° 2, promulgada em 15 de dezembro de 1993. A adiante transcrita manifestação da Secretaria de Estado da Administração apresenta maior detalhamento justificando a conveniência da medida.

"Por ocasião da elaboração da minuta da Lei n° 9.198/90, tinha-se como norte, a redação do artigo 27, inciso IX, letra "b" da Constituição Estadual.

Com a alteração da redação deste dispositivo Constitucional e regulador do prazo de duração dos contratos temporários, proporcionada pela Emenda Constitucional n° 02/93, de 15.12.93, salutar e necessário será que se adeque a redação da Lei 9.198/90, no tocante ao seu art. 2º, § 2º, às novidades introduzidas pela E.C. 02/93.

Nesta esteira, o Exmo. Sr. Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, provoca e solicita a mencionada alteração da Lei n° 9.198/90 (art. 2º, § 2º) encaminhando a esta Pasta, minuta de anteprojeto de lei.

Necessário alertar que na alteração sugerida, impõe-se a observância da vedação explícita que a antiga redação do texto Constitucional contemplava e que a Lei n° 9.198/90 continua a contemplar, no sentido de não permitir-se a possibilidade de renovação ou recontratação em contratos firmados por prazo determinado.

Importante lembrar, que ao elaborar a alteração do texto Constitucional (art. 27, IX, "b") o legislador se absteve de tornar permissiva as possibilidades de renovar-se ou recontratar-se em se tratando de contratos por prazo determinado, simplesmente aditando a matéria nos seguintes termos:

IX - ...

"b" - Contrato com prazo máximo de dois anos;"

Dessa redação, deve-se concluir que não foi a intenção do legislador permitir que este prazo seja renovado ou mesmo prorrogado, caso contrário teria inserido do dispositivo permissivo expresse.

Também que não se alegue que a redação antiga possuía vedações expressas e que a nova não possuindo, tornaria possível a extensão do prazo contratual. Com a devida vênia, não entendemos dessa forma, pois na Administração Pública mister se faz dispositivo regulador expresse para se poder fazer ou deixar de fazer alguma coisa.

Assim sendo, a Administração poderá

valer-se do instituto da renovação em contratos por prazo determinado - por uma única vez, conforme determinação celetária - e dentro do prazo constitucional de dois anos.

Para tanto, deverá fazer constar da alteração proposta, redação complementar que propicie à Lei nº 9.198/90, medida permissiva de alteração nos referidos contratos, visando atender às necessidades da Administração Estadual".

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O § 2º, do artigo 2º, da Lei nº 9.198, de 18 de janeiro de 1990, passa a ter a redação abaixo, ficando o referido artigo acrescido do seguinte § 3º:

"Art. 2º - ...

§ 1º - ...

§ 2º - O contrato terá prazo máximo de dois anos.

§ 3º - O contrato poderá ser renovado por uma única vez, dentro do prazo máximo estipulado no parágrafo anterior".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir da promulgação da Emenda nº 02 à Constituição do Estado do Paraná, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 012/94

Curitiba, 08 de março de 1994.

Senhor Presidente.

Em atenção ao que estabelece o inciso III, do artigo 9º, da Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, cumpre-me dar ciência a essa egrégia Assembléia Legislativa de que o Poder Executivo, com base em autorização prescrita na referência legal mencionada, baixou e fez publicar o Decreto nº 3026, de 08 de fevereiro de 1994.

O referido Decreto, cujo teor tenho a

honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência através da cópia anexa à presente mensagem, teve por objetivo dar cobertura orçamentária ao convênio firmado com a Fundação de Assistência ao Estudante - FAE e o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, para a execução do Programa Estadual de Alimentação Escolar - PEAEE.

Na oportunidade reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ DECRETO Nº 3026

O Governador do Estado do Paraná, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item V, da Constituição Estadual, e da autorização contida no artigo 9º, inciso III da Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993,

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado no valor de CR\$ 4.008.532.000,00 (quatro bilhões, oito milhões, quinhentos e trinta e dois mil cruzeiros reais), de acordo com o Anexo I deste decreto.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior igual importância, proveniente de excesso de arrecadação resultante do convênio firmado com a Fundação de Assistência ao Estudante - FAE e o Governo do Estado do Paraná, através do Instituto de Desenvolvimento do Paraná - FUNDEPAR.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos anteriores, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II deste decreto.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 04.02.94.

173º da Independência e 106º da República

(aa) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

CARLOS ARTUR KRUGER PASSOS

Secr.de Est. do Planej. e Coord. Geral

SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O		FL. 02	
DA RECEITA		ANEXO AO DECRETO Nº.		CR\$ 1.000,00	
CODIGO	I	ESPECIFICAÇÃO	1	FT	VALOR
1	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO -		1	1	1
	IDENTIDADES VINCULADAS		1	1	1
1			1	1	1
1	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO		1	1	1
1	EDUCACIONAL DO PARANÁ - FUNDEPAR		1	1	1
12390.10.77	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVENIOS COM		1	1	4.008.532
	ORGÃOS FEDERAIS		1	1	1
T O T A L			1		4.008.532

I SUPLEMENTACAO A N E X O I  
I DA DESPESA ANEXO AO DECRETO NO.

3026

FL. 01  
CRS 1.000,00

*-----*		*-----*		*-----*		*-----*	
1	1	INATUREZA	IL	IL	IN	DOI	
1	1	DA	IFT	IDI	VALOR	IPROCI	
1	1	DESPESA	I	IRI		ICGP	I
*-----*		*-----*		*-----*		*-----*	
1	3400	ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I	I	I	I	I
I	I	I- ENTIDADES VINCULADAS	I	I	I	I	I
I	I	I	I	I	I	I	I
1	3470	IINSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO	1	1	1	1	1
I	I	IEDUCACIONAL DO PARANA - FUNDEPAR	I	I	I	I	I
1	2769	IAPOIO LOGISTICO AS ESCOLAS	1	1	1	1	1
I	I	IESTADUAIS E AO ESTUDANTE	I	4130.00	I77	IL	4.008.532 I2452I
*-----*		*-----*		*-----*		*-----*	
		T O T A L		I	4.008.532	I	

**MENSAGEM N° 013/94**

Curitiba, 08 de março de 1994.  
Senhor Presidente.

Em conformidade com o art. 66, inciso III, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a integração do Quadro de Oficiais da Polícia Militar Feminina (QOPM Fem) ao Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM) e das Praças PM Femininas (QPMG-3) à qualificação Policial Militar (QPMG-1), alterando, conforme especifica, os dispositivos legais que menciona.

Obedecendo determinações contidas em legislação federal pertinente (Dec. Lei n° 667/69 e Decreto n° 88.777/83), o assunto de que trata o plano de lei em referência foi preliminarmente examinado pela Inspeção Geral das Polícias Militares, órgão do Estado-Maior do Exército, tendo merecido manifestações favoráveis.

Com vistas ao melhor detalhamento, quanto aos aspectos da conveniência e oportunidade de que se reveste a medida, é adiante transcrita justificativa apresentada pelo Comando-Geral da Polícia Militar do Estado no processo protocolado sob n° 1.792.566-0/94:

"O Estado, como ente jurídico concebido para promover o bem-estar social, procura intensificar e diversificar os serviços prestados no sentido de satisfazer as necessidades básicas da população.

Na área de Segurança Pública, hodiernamente uma das principais aspirações dos cidadãos, há o mesmo empenho do qual decorre esse anteprojeto de lei com vistas a derrubar barreiras do preconceito discriminatório contra a mulher, diversificar e ampliar a participação feminina na gama de serviços prestados pela Corporação e garantir maior oportunidade de acesso às profissionais que integram a Polícia Mili-

tar do Paraná (PMPR).

0. anteprojeto de lei unifica Quadros de Oficiais e Qualificações de Praças, pois integra o Quadro de Oficiais de Polícia Militar Feminina (QOPM Fem) ao Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM) e a Qualificação das Praças PM Femininas (QPMG 3) à Qualificação Policial Militar (QPMG-1) na QPM 1-0.

Em abril de 1977, a Polícia Militar abriu suas portas para a participação da mulher, inicialmente limitadas a executar atividades de proteção a menores e anciãos.

No entanto, a sociedade, em seu ritmo incessante e em função do contínuo processo de evolução, cada vez mais solicita os trabalhos dessas profissionais de maneira que suas atividades precisam ser intensificadas.

A aprovação do anteprojeto representa a consolidação de mais uma etapa do processo de modernização institucional da Polícia Militar, além de atender, prioritariamente, o interesse público, na medida em que abre um maior campo de trabalho para o pessoal feminino, aproximando esses serviços da comunidade.

Por outro lado, atende também as lúdimas aspirações das Oficiais e Praças Femininas pois lhes proporciona maior número de vagas, melhores perspectivas de acesso profissional e emprego mais racional e diversificado no âmbito da PMPR.

Finalmente, cumpre destacar que apesar de atender a todos os aspectos e interesses explicitados, o mencionado anteprojeto não implica em aumento de efetivo ou ônus para o Estado".

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - As letras "a" e "b" do inciso IV, art. 46, da Lei nº 5.944, de 21 de maio de 1969, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 46 - ...

IV - ...

- a) Oficiais Subalternos e Intermediários do Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM) e do Quadro de Oficiais Bombeiros Militares (QOBM), 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias;
- b) Oficiais Superiores do QOPM e QOBM, 180 (cento e oitenta) dias;"

Art. 2º - Fica revogado o número "7" da letra "a", inciso I, art. 53, da Lei nº 6.774, de 08 de janeiro de 1976, que fora acrescido pela Lei nº 7.815, de 29 de dezembro de 1983.

Art. 3º - Os números "1" e "2" das letras "b" e "c", inciso I do art. 53 e o art. 54 da Lei nº 6.774, de 08 de janeiro de 1976, alterados pela Lei nº 7.815, de 29 de dezembro de 1983, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 53 - ...

I - ...

a) ...

b) ...

- 1) Aspirantes a Oficial PM e BM; e
- 2) Alunos Oficiais PM e BM.

c) ...

- 1) Praças Policiais Militares (Praças PM); e
- 2) Praças Bombeiros Militares (Praças BM).

Art. 54 - As Praças Policiais Militares e Bombeiros Militares serão agrupadas em Qualificações Policiais Militares Gerais e Particulares (QPMG e QPMP)".

Art. 4º - Os anexos da Lei nº 9.507, que alteraram a redação do art. 1º da Lei nº 7.047/78, para aumentar o efetivo da Polícia Militar do Estado, passam a vigorar na forma dos anexos 1, 2 e 3 desta lei.

Art. 5º - As Oficiais Femininas passam a compor o Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM) e as Praças Femininas a Qualificação Policial Militar Geral 1 (QPMG-1) e a Particular (QPM 1-0); sendo regidas pela respectiva legislação aplicável a cada caso, quanto aos direitos e obrigações.

Art. 6º - O efetivo das Policiais Femininas fica fixado em no máximo, 3% (três por cento) do efetivo do QOPM, o que corresponde a 22 (vinte e duas) vagas e o efetivo das Praças Femininas em, no máxi-

mo, 3,5% (três vírgula cinco por cento) do efetivo da QPM 1-0, correspondente a 530 (quinhentas e trinta) vagas.

Parágrafo Único - As alterações dos Quadros de Organizações Geral, do CPC e CPI, decorrentes da distribuição do pessoal, serão formalizadas através de Decreto do Poder Executivo, não implicando em aumento de efetivo.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o inciso XI do art. 37 da Lei nº 6.774, de 08 de janeiro de 1976, alterado pela Lei nº 7.815, de 29 de dezembro de 1983; os arts. 2º, 3º, 4º e 5º da Lei nº 7.815, de 29 de dezembro de 1983, e as disposições em contrário.

Anexos de que trata o art. 4º

RESUMO DOS QUADROS DE OFICIAIS  
ANEXO 1\*

QUADROS \ POSTOS							
	CEL	TC	MAJ	CAP	1ºT	2ºT	SOMA
Q O P M	12	37	61	179	197	237	723
Q O B M	2	5	8	18	40	50	123
Q D S	MÉDICOS	1	5	6	6	16	34
	DENTISTAS	1	2	7	8	14	32
	VETERINÁRIOS	-	-	-	1	2	3
	BIOQUÍMICOS	-	2	1	1	3	7
Q C P M	-	-	-	1	1	-	2
Q D E	MÚSICOS	-	-	-	1	1	2
	COMUNICAÇÕES	-	-	-	1	2	3
Q O A	-	-	-	13	25	74	112
Q Of EXTINÇÃO	-	1	-	-	-	-	1
T O T A L	16	52	83	227	300	364	1042

RESUMO DOS QUADROS DE OFICIAIS EM EXTINÇÃO  
ANEXO 2\*

QUADROS \ POSTOS					
	TC	MAJ	CAP	1ºT	SOMA
POL. RODOVIÁRIO (1)	1	-	-	-	1
T O T A L	1	-	-	-	1

(1) Em extinção pela Lei nº 5.926, de 22 de abril de 1969

RESUMO DAS PRAÇAS POR QUALIFICAÇÃO  
POLICIAL MILITAR GERAL  
ANEXO 3\*

GRAD	ST	1°S	2°S	3°S	Cb	Sd	SOMA
1-PRAÇAS PM	170	272	647	1365	2187	11345	15986
2-PRAÇAS EM	25	44	84	411	605	1886	3055
TOTAL	195	316	731	1776	2792	13231	19041

À Diretoria Legislativa

Ofícios:

Sob o n° 0232/94, do Senhor LUIZ FERNANDO CISCATO, comunicando que está deixando o cargo de Diretor de Distribuição da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, e conforme termos da Lei Estadual n° 10.535, de 30.11.93, apresenta declaração de bens e direitos que constituem seu patrimônio. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o n° 0238/94, do Senhor ANTONIO OTELO CARDOSO, comunicando que está deixando o cargo de Diretor de Engenharia e Construção da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, e conforme termos da Lei Estadual n° 10.535, de 30.11.93, apresenta declaração de bens e direitos que constituem seu patrimônio. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° 0243/94, do Senhor NILSON RICETTI XAVIER DE NAZARENO, o qual assume o cargo de Diretor de Distribuição da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, e apresenta declaração de bens e direitos que constituem o seu patrimônio, conforme termos da Lei Estadual n° 10.535, de 30.11.93. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° 0252/94, do Senhor RAUL MUNHOZ NETO, o qual assume o cargo de Diretor de Engenharia e Construção da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, e apresenta declaração de bens e direitos que constituem o seu patrimônio, conforme termos da Lei Estadual n° 10.535, de 30.11.93. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO 032/94

Curitiba, 08.03.94

Senhor Presidente.

Pelo presente informo à Presidência e 1° Secretário desta Casa de Leis, que não me fiz presente nas sessões dos dias 28 de fevereiro, 1, 2 e 3 de março de 94, face a minha participação na Caravana da Cidadania, caravana esta que teve como objetivo principal conhecer melhor a realidade paranaense.

Sendo o que se apresenta para o mome-

Curitiba, quarta, em 09.03.94

to, reiteramos protestos da mais alta estima e distinguida consideração.

Sala das Sessões, em 09.03.94.

(a) OVIDIO CONSTANTINO

OFÍCIO N° 034/94

Curitiba, 08 de março de 1994.

Senhor Presidente.

Com os melhores cumprimentos venho a V. Exa., no sentido de informar que estarei ausente de Curitiba, nos dias 09 e 10 do corrente, pelo motivo de viagem à Brasília, representando diversos Municípios do Paraná, portanto não estarei presente nas sessões dos referidos dias.

Certo de vossa compreensão, reitero meus protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 09.03.94

(a) ÉLIO RUSCH

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 336

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 09.03.94

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 346

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER, a retirada da Ordem do Dia de hoje, por dez Sessões, do Projeto de Lei n° 520/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a celebrar convênios com as Prefeituras Municipais, visando delegar-lhes competência e atribuições, transferindo-lhes serviços previstos na legislação de trânsito, a fim de proceder estudos mais detalhados quanto à aplicabilidade do presente.

Sala das Sessões, em 09.03.94

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 364

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM o encaminhamento pela Mesa a decisão do soberano Plenário para deliberar sobre a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 226/93 por 10 (dez)

sessões.

O motivo prende-se à necessidade de complementação de informações, tais como as relativas ao cálculo atuarial do Fundo de Previdência do Estado e do quadro demonstrativo de como a isenção pretendida pelo Projeto em questão se refletirá no Fundo, no futuro, em relação aos servidores ativos e inativos.

Sala das Sessões, em 09.03.94

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO

DR. ROSINHA

ERNANI PUDELL

Apoio: Alceu Swarowski

#### REQUERIMENTO N° 347

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n° 449/93, de sua autoria, que dispõe sobre a proibição às escolas particulares de impedir o acesso de alunos em débito com as mensalidades e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 09.03.94

(a) NAMIR PIACENTINI

#### REQUERIMENTO N° 341

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento do Sr. Moacir Ferreira de Carvalho, ocorrido dia 27 de fevereiro de 1994, na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Pessoa de grande estima e reconhecimento perante a sociedade ponta-grossense, onde deixará grande saudade.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Romanzeira, 29 - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 09.03.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 342

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria de Lourdes Rosa, ocorrido dia 27 de fevereiro de 1994, na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Pessoa de grande estima e reconhecimento perante a sociedade ponta-grossense, onde deixará grande saudade.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Padre Anchieta, 47, Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 09.03.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 345

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consagração nos Anais desta Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Alcides Nogueira, e que do teor desta proposição seja dado conhecimento aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 09.03.94

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

É com profundo pesar que registramos nos Anais desta Casa, o falecimento do Sr. Alcides Nogueira, do Município de Guarniaçu, cidade em que era muito estimado, deixando aquela sociedade consternada com o seu passamento.

#### REQUERIMENTO N° 337

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ter ouvido o douto Plenário registro de votos de congratulações pelo retorno do brilhante Jornalista Roberto Schaitza na crônica do Jornal "O Estado do Paraná".

Sala das Sessões, em 09.03.94

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O retorno às atividades jornalísticas de Renato Schaitza vem engrandecer ainda mais a imprensa paranaense com suas crônicas criativas. Durante algum tempo, Schaitza esteve afastado do jornalismo devido a problema de saúde, mas, ainda em tempo, os paranaenses têm mais uma vez o prazer de ter esta rica opção de leitura num dos melhores jornais do Paraná.

#### REQUERIMENTO N° 338

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado um voto de congratulações à A.C.I.M. - Associação Comercial e Industrial de Maringá pela eleição e posse de sua nova Diretoria.

A A.C.I.M. - Associação Comercial e Industrial de Maringá tem se constituído em modelo para outras unidades da Federação, o que é motivo de orgulho para todos os Maringenses.

Além do trabalho inerente às suas atribuições, vem prestando ao longo dos anos, um exemplo de serviço à sociedade, mercê a capacidade de seus integrantes e a seriedade, competência e ampla visão de seus Diretores, respaldada por uma extraordinária credibilidade junto à opinião pública de todo o Estado.

A certeza da pessoa certa no lugar adequado, nos faz ter a perspectiva de uma

Maringá cada vez mais confiante no futuro.

Desta forma, requeiro ainda, que da decisão do Plenário, seja dada ciência ao Presidente da Associação Comercial e Industrial de Maringá - Sr. Pedro Granado Martines, para que receba e transmita a todos os associados o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09.03.94

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 339

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, e na forma regimental, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, um voto de congratulações e aplausos ao Conselho da Mulher Empresária e Executiva da ACIM - Associação Comercial e Industrial de Maringá, pelo excelente trabalho que vem realizando, e ainda, pela passagem do Dia Internacional da Mulher, homenageando assim, a todas as mulheres do Estado e em especial as mulheres de Maringá.

O valor e poder de uma mulher são reconhecidos por todos, em tudo, em cada instante, e nas mais diversas circunstâncias.

Estas qualidades foram reconhecidas por Rui Barbosa, quando declarou:

"A mulher deve ser vista como a força que vem modificando os novos hábitos, desvendando as tendências do desconhecido, das angústias e inquietações. A cada momento que passa, assume um maior papel no dissipar problemas familiares, profissionais, sociais, educacionais. Enfim, tem uma capacidade inerente de relacionar racional com o sentimental, mostrando soluções muitas vezes inimagináveis".

Requeiro ainda, que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada as Senhoras: Lucila Campos - Cleide Pinto - Maria Inês Rodrigues Gonçalves - Vilma Franco - Sonia Uliana - Solange de Paula e Sra. Maria Alice Pinatti, Digníssima Presidente do Conselho, com o aplauso e reconhecimento de todos os Parlamentares com assento neste Legislativo, por tão significativa homenagem.

Sala das Sessões, em 09.03.94.

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 343

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido votos de congratulações à Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG e a Prefeitura Municipal de Castro, pela inauguração do Campus Universitário deste

município.

Grande iniciativa do Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Prof. João Carlos Gomes e do Prefeito Municipal de Castro, Senhor Rivadavia Menarim, pois a obra beneficiará professores, alunos e a comunidade em geral, com pesquisas e estudos mais elevados, propiciando um maior conhecimento no campo do saber.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à UEPG, em nome de seu Reitor, Prof. João Carlos Gomes, e à Prefeitura Municipal de Castro, em nome de seu Prefeito, Senhor Rivadavia Menarim.

Sala das Sessões, em 09.03.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 344

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido votos de congratulações à União das Associações de Moradores de Ponta Grossa - UAMPG, realizada no Distrito de Guaragi.

O encontro teve grande sucesso, onde os participantes conciliaram o esporte aos problemas do Distrito e da cidade.

Compareceram mais de 28 Associações de Bairros nesta confraternização poliesportiva entre as famílias da cidade e do Distrito de Guaragi.

Requer, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à União das Associações de Moradores de Ponta Grossa - UAMPG, sito à Praça Barão do Rio Branco, 108.

Sala das Sessões, em 09.03.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 356

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, a consignação na ata da presente sessão de votos de congratulações e regozijo pelo transcurso do aniversário de emancipação política do Município de Paraíso do Norte, a realizar-se no próximo dia 12 de março do corrente ano.

Requer outrossim, o envio de correspondência alusiva à data ao Prefeito Municipal, Senhor Edineu Aureo Verderio e ao Presidente da Câmara Municipal, Senhor Roberto Alves Pacheco, do município homenageado.

Sala das Sessões, em 09.03.94.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO N° 357

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e



soberano Plenário, a consignação na ata da presente sessão de votos de congratulações e regozijo pelo transcurso do aniversário de emancipação política do Município de Guaraqueçaba, a realizar-se no próximo dia 11 de março do corrente ano.

Requer outrossim, o envio de correspondência alusiva à data ao Prefeito Municipal, Senhor Antonio Felício Ramos Filho e ao Presidente da Câmara Municipal, Senhor Frederico Rederd, do município homenageado.

Sala das Sessões, em 09.03.94.

(a) CLEITON KIELSE

#### REQUERIMENTO N° 358

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, a consignação na ata da presente sessão de votos de congratulações e regozijo pelo transcurso do aniversário de emancipação política do Município de Tamboara, a realizar-se no próximo dia 15 de março do corrente ano.

Requer outrossim, o envio de correspondência alusiva à data ao Prefeito Municipal, Senhor João Sanches Peres e ao Presidente da Câmara Municipal, Senhor José Baraldi, do município homenageado.

Sala das Sessões, em 09.03.94.

(a) CLEITON KIELSE

#### REQUERIMENTO N° 362

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Araldo e Ida Siqueira, naturais de Palmas (Sul do Paraná), ele com 93 e ela com 87 anos, que em 16 de fevereiro do corrente completam 70 anos de feliz união conjugal.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de receber todo o nosso respeito e consideração. Ao renovarem seu propósito de amor e fidelidade a Cristo, afirmaram que muitos momentos bons passaram, porém alguns momentos amargos também tiveram em suas vidas, mas a paciência e a fidelidade foram fundamentais para suportá-los. Esta é a receita que deixam às novas gerações, embora lamentem a desagregação pela qual passam as famílias atuais.

O casal se conheceu em Palmas, nos antigos bailes lá realizados. Namoraram por quatro anos e em 1924 se casaram. Como fruto deste amor, Deus cobriu de bençãos este matrimônio com cinco filhos, sendo um falecido. Têm 18 netos e 20 bisnetos. Foram 70 anos de respeito mútuo entre eles, trazendo união e alegria ao seu lar. Sou-

beram ao longo de todos esses anos cultivar e manifestar muito Amor no casamento, educando com carinho e honradez seus filhos.

Atualmente residem em uma casa situada no bairro do Ahú, aqui em Curitiba. Este casal merece todo o nosso reconhecimento pelo belo exemplo de vida conjugal, principalmente, neste ano, no auge da Campanha da Fraternidade, onde o tema é a Família. Sempre estiveram juntos, mantendo acesa a chama de Amor que vem sendo mantida até os dias de hoje. Por tudo o que representam, o casal Araldo e Ida Siqueira devem ser agraciados, motivo este, que nos levou a propor o reconhecimento público a eles, desejando que sejam felizes por muito tempo ainda.

Sala das Sessões, em 09.03.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 348

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Synval Guazzelli, Digníssimo Ministro da Agricultura, no sentido de que o mesmo possa anistiar ou prorrogar, as dívidas dos empréstimos obtidos pelos agricultores do Município de Antonina-Pr.

Sala das Sessões, em 09.03.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

Informamos que o pedido de anistia ou prorrogamento do financiamento (dívida), embasa-se nas fortes chuvas e ventos ocorridos no último dia 07.03.94, acarretando inundações, e por conseguinte, a destruição total de inúmeras plantações. O Prefeito decretou estado de calamidade pública no município, de sorte que centenas de agricultores estão passando por uma série de dificuldades, inclusive para saldar suas prestações do financiamento.

#### REQUERIMENTO N° 349

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Synval Guazzelli, Digníssimo Ministro da Agricultura, no sentido de que o mesmo possa anistiar ou prorrogar, as dívidas dos empréstimos obtidos pelos agricultores do Município de Morretes-Pr.

Sala das Sessões, em 09.03.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

Informamos que o pedido de anistia ou prorrogamento do financiamento (dívida), embasa-se nas fortes chuvas e ventos ocorridos no último dia 07.03.94, acarretando

inundações, e por conseguinte, a destruição total de inúmeras plantações. O Prefeito decretou estado de calamidade pública no município, de sorte que centenas de agricultores estão passando por uma série de dificuldades, inclusive para saldar suas prestações do financiamento.

REQUERIMENTO N° 350

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Alcir Augustinho Calliari, Digníssimo Presidente do Banco do Brasil/DF, no sentido de que o mesmo possa anistiar ou prorrogar, as dívidas dos empréstimos obtidos pelos agricultores do Município de Antonina-Pr.

Sala das Sessões, em 09.03.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Informamos que o pedido de anistia ou prorrogamento do financiamento (dívida), embasa-se nas fortes chuvas e ventos ocorridos no último dia 07.03.94, acarretando inundações, e por conseguinte, a destruição total de inúmeras plantações. O Prefeito decretou estado de calamidade pública no município, de sorte que centenas de agricultores estão passando por uma série de dificuldades, inclusive para saldar suas prestações do financiamento.

REQUERIMENTO N° 351

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Alcir Augustinho Calliari, Digníssimo Presidente do Banco do Brasil/DF, no sentido de que o mesmo possa anistiar ou prorrogar, as dívidas dos empréstimos obtidos pelos agricultores do Município de Morretes-Pr.

Sala das Sessões, em 09.03.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Informamos que o pedido de anistia ou prorrogamento do financiamento (dívida), embasa-se nas fortes chuvas e ventos ocorridos no último dia 07.03.94, acarretando inundações, e por conseguinte, a destruição total de inúmeras plantações. O Prefeito decretou estado de calamidade pública no município, de sorte que centenas de agricultores estão passando por uma série de dificuldades, inclusive para saldar suas prestações do financiamento.

REQUERIMENTO N° 352

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

Coritiba, quarta, em 09.03.94

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Stênio Sales Jacob, Mui Digno Presidente da Sanepar, reiterando que dentro do Programa Estadual de Saneamento Rural - PESR, seja colocado a extensão da Rede de Água ou abertura de Poço Artesiano, em Vila Santa Maria, Município de Pinhão-Pr.

Sala das Sessões, em 09.03.94

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 353

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Stênio Sales Jacob, Mui Digno Presidente da SANEPAR, reiterando o pedido para instalação da rede d'água ou abertura de poço artesiano, na Vila Dois Irmãos, próximo à Santa Terezinha, no Município de Pinhão - PR.

Sala das Sessões, em 09.03.94

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 354

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Deputado José Afonso Júnior, Digníssimo Secretário de Esporte e Turismo, reiterando o pedido para que a localidade de Guaruavinha, Município de Pinhão, receba o "Projeto Nossa Quadra".

Sala das Sessões, em 09.03.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 355

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Maurício Requião de Mello e Silva, Mui Digno Presidente da FUNDEPAR, reiterando o pedido para a ampliação do prédio da Escola Estadual Professora "Izabel Ferreira Siqueira", na localidade de Rondinha, no Município de Pinhão-Pr.

Sala das Sessões, em 09.03.94

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 359

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores do Conjunto Marumbi I, localizado no bairro

Uberaba de Cima, quanto a instalação de um telefone comunitário na Rua Dez, em frente ao n° 07.

O pedido prende-se ao fato de que muitas pessoas residem nesse conjunto e com a instalação de um telefone no local indicado todos seriam beneficiados.

Sala das Sessões, em 09.03.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 360

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Segurança Pública no sentido de intensificar policiamento no Colégio Estadual Bento Munhoz da Rocha, localizado no Jardim Esmeralda, no Município de Colombo. Ocorre que nesse colégio não há aulas à noite devido aos vários assaltos que os professores sofreram, e como consequência, os pais têm que mandar seus filhos estudarem em outros bairros ou virerem à Curitiba.

O pedido está sendo feito por toda a comunidade, uma vez que com um policiamento no colégio, poderá haver aulas a noite e beneficiar um grande número de estudantes.

Sala das Sessões, em 09.03.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 361

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido feito pela moradora da Rua Zeferina Cordeiro de Cristo n° 157, localizada na Vila Grécia, a qual solicita que sejam cortados dois eucaliptos que estão em um terreno baldio ao lado de sua casa. O seu pedido prende-se ao fato de esses eucaliptos estão pondo em risco a sua residência e a dos seus vizinhos, principalmente em dias de chuvas fortes.

Sala das Sessões, em 09.03.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 363

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação a Secretaria de Estado da Cultura, senhora Gilda Polli, solicitando as seguintes informações:

1. Qual a data que a TV-SAT Regional começou a funcionar?
2. Antes do início do seu funcionamento, o

Governo do Estado repassou algum dinheiro para a TELEBRÁS?

2.1. Se sim, quanto e por quê?

Sala das Sessões, em 09.03.94

(a) DOUTOR ROSINHA

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO LEI N° 054/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Somente profissionais da área biológica dos cursos de Farmácia, Medicina, Veterinária, Odontologia, Fisioterapia, Enfermagem, Fonoaudiologia e Biologia, de nível superior, poderão exercer as funções de Chefia e em cargos de Comissão no Quadro de Servidores da Secretaria de Estado de Saúde.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.03.94

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### JUSTIFICATIVA:

A referida lei tem por objetivo estabelecer parâmetros para nomeação de profissionais em setores estratégicos da Saúde Pública. Ao restringir as nomeações somente aos profissionais com formação na área biológica, a lei assegurará um melhor desempenho da função, evitando, ao mesmo tempo, o fisiologismo e o apadrinhamento.

##### PROJETO DE LEI N° 055/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a construir, nos Municípios com menos de 10.000 (dez mil) habitantes, um barracão com, no mínimo, 1.000 m. (um mil metros quadrados) para ali serem instaladas pequenas indústrias.

Art. 2° - O Executivo Paranaense e as Prefeituras Municipais firmarão contrato de comodato.

Art. 3° - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.03.94

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que ora se submete à douta consideração desta Casa de Leis, e que tem por objetivo a autorização para a construção, nos Municípios paranaenses com

menos de 10.000 (dez mil) habitantes, de um barracão com, no mínimo, mil metros quadrados para ali serem instaladas pequenas indústrias.

Temos que o Estado é a expressão máxima do poder político, assim como a empresa a essência do poder econômico.

Fundamentalmente, toda questão política está ligada à economia por um fator comum o desenvolvimento do Estado, consequentemente do município.

Paralelo a este condicionamento, estampa-se toda uma gama de dificuldades enfrentadas pelos pequenos municípios.

As micro e pequenas empresas, representam hoje, no Paraná, 90 % das empresas constituídas e 60% da mão de obra em atividade. Nem por isto, possuem programas especiais de incentivo ao seu fortalecimento, objetivando proporcionar condições favoráveis para a formação de melhoria da capacidade empresarial e profissional de seus trabalhadores e para ampliação destas, e, o surgimento de novas empresas.

Neste contexto, encontramos no Estado do Paraná mais de 150 (cento e cinquenta) municípios com menos de 10.000 (dez mil) habitantes e sem condições básicas à sua própria sobrevivência, muito menos proporcionar incentivos maiores para poder estimular mão-de-obra, especialmente aos próprios filhos do município.

É do conhecimento geral que as dificuldades pelas quais passam quase todos os pequenos municípios paranaenses, que vão desde problemas de ordem material e financeira até dificuldades que refletem a situação atual, ficando muitas vezes aquém do desejável.

Não bastasse a enorme problemática que enfrentam os pequenos municípios com os encargos que lhes foram atribuídos, a maioria encontra-se sem condição para atendimento adequado aos seus munícipes.

Sem dúvida alguma, temos vivido etapas significativas com a atual administração do Paraná, no desenvolvimento em todos os setores que por sua importância e abrangência atesta a vitalidade e o dinamismo com os quais o poder Executivo vem tratando, apesar de todas as dificuldades. Hoje, afirmamos que o povo paranaense reconhece sua identidade e valoriza seus administradores.

As transformações ocorridas na estrutura da população brasileira, na década de 70, foram impulsionadas pelas políticas do governo federal, que privilegiavam o desenvolvimento industrial e as lavouras de exportação, em detrimento da economia de subsistência.

Os reflexos destas políticas ficaram registrados pelos movimentos migratórios campo-cidade, com o deslocamento da população rural rumo aos centros urbanos.

Quando os municípios, de um modo geral, possuem uma estrutura econômica diversificada, o contingente de mão de obra fluente do meio rural pode ser absorvido nos setores da indústria, comércio e prestação de serviços, amenizando assim, em grande parte, os problemas da brusca urbanização.

Entretanto, nos municípios onde os setores urbanos (indústria, comércio e prestação de serviços) ainda são incipientes, a população migrante é levada a procurar os grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida.

A diminuição da população rural está aliada à reduzida área média das propriedades rurais, as quais não comportam um número elevado de trabalhadores, bem como as dificuldades encontradas pelos produtores dos pequenos municípios.

Além destes fatores, observa-se a saída, principalmente da população jovem, do meio rural, muitas vezes atraída pela oferta de emprego urbano ou em busca de realizar seus estudos.

Quanto a população urbana dos pequenos municípios, observa-se que seu crescimento está relacionado com o desenvolvimento parcial das atividades urbanas (indústria, comércio e prestação de serviços), que no período 1970/80, apresentaram uma evolução significativa no número de estabelecimentos e pessoal ocupado, porém não o suficiente para conter o processo emigratório e a consequente redução da população total.

O importante a se observar é que as tendências demonstram para os anos vindouros que a população continuará decrescendo. Isto é bastante preocupante e vai exigir dos pequenos municípios medidas capazes de não só conter o processo emigratório, mas retomar o crescimento populacional.

Neste sentido, necessário é, que o pequeno município incentive o incremento das atividades econômicas, industriais, comércio, prestação de serviços e o setor agropecuário, para que os mesmos possam gerar uma oferta de emprego compatível com o crescimento.

Algumas prefeituras buscam criar oportunidades para pequenos empresários, que começam literalmente no modelo fundo de quintal. O que pretendemos com este programa é um aprimoramento dos Projetos Comunitários de Desenvolvimento Empresarial que resultarão na abertura de novas empresas e consequente aumento de mão-de-obra.

Assim, torna-se mister ressaltar que é preciso que tanto Poder Executivo Estadual, quanto o Poder Público Municipal, devem, desde já, procurar induzir o desenvolvimento dos pequenos municípios, a fim de conter este processo emigratório e num

futuro bastante próximo possibilite a retomada do seu processo de crescimento populacional e econômico.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Finda a leitura do expediente e não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças.

Liderança do PT.

O SR. DR. ROSINHA - No último dia 5 e 6 de março, a Direção Nacional do PT esteve reunida e divulgou uma nota a respeito do Plano FHC e as críticas colocadas pelo PT dizem respeito à questão salarial. O Plano, ao converter o salário pela média quadrimestral, traz uma perda salarial aos trabalhadores. O DIEESE confirmou que nesse processo de cálculo da média, a perda real pode chegar até 10%. Agora, quando os coloca em relação aos salários, constata, se analisarmos de acordo com o pico da data base de cada categoria profissional, as perdas variam entre 25 a 40%.

Quando vamos analisar no âmbito do salário mínimo, que foi fixado em sessenta e quatro dólares e setenta e nove centavos, se compararmos este salário mínimo com o de agosto de 91, que era de 99 dólares e uns "cents", verificamos uma violenta perda salarial de quase 30%, não em cruzeiros, mas sim, em dólar.

Enquanto desta vez sofre esse achatamento, os oligopólios e monopólios faturam alto. A indústria automobilística anunciou a passagem da venda dos seus carros de cruzeiros para URV, acumulando ganho real de 12%. Enquanto isso, a cesta básica do trabalhador passou em uma semana de 83 para 95 dólares. Portanto, ao fazer esta análise da cesta básica e a análise de como os monopólios trabalharam, nós vamos verificar que ocorreu inflação não em cruzeiros, mas já em URV.

As taxas de juros continuam altíssimas com 26% e essa crítica é feita pela direção nacional do Partido dos Trabalhadores, mas se pegarmos o que está sendo veiculado na grande imprensa, como na Revista "Veja" desta semana, vamos notar como os oligopólios trataram alguns dos produtos. Produtos de limpeza, por exemplo: aumento de 47% em fevereiro. Higiene e beleza: 46%. Alimento industrializado 40%, enquanto a inflação de fevereiro foi de 38% e enquanto os nossos salários de trabalhadores são repassados pela média.

Na agricultura a situação ainda é mais grave, o feijão teve um aumento de 179%, a cebola 126%, a batata 114%, isto na hora que chega na mão do trabalhador, com uma inflação de 38%, a média de aumento no setor de agricultura acabou sendo de 53%. Nós, do PT, a nossa direção orienta a Ban-

cada Parlamentar Federal a elaborar as seguintes emendas para o plano de Fernando Henrique. Primeiro: colocar um salário mínimo indexado à cesta básica, porque não é possível os salários serem transformados em URV pela média e a inflação pelo URV.

Segundo: repor as perdas salariais de todos os trabalhadores, e a partir daí fazer essa indexação.

Três: apresentar uma emenda de gatilho salarial para a proteção dos salários dos trabalhadores para a próxima etapa da política de estabilização, se não nós vamos ter inflação em URV e não tem garantido na política salarial dos trabalhadores a maneira de correção dessa inflação.

Quatro: o controle de preços, e para isso a imediata correção em URV nas mesmas regras de salários para todos os setores hoje oligopolizados, ou seja, se o salário é transformado pela média, queremos que os preços dos produtos também sejam transformados pela média. E não tem como ter combate a inflação, acabar com essa inflação se o plano econômico não controlar o sistema financeiro, e o primeiro passo para isso é a conversão imediata dos depósitos bancários a vista ou em URV, e a partir daí para combater os altos juros que hoje estão colocados em nosso País.

Portanto, sem o combate aos monopólios, aos oligopólios e ao setor financeiro, o plano de Fernando Henrique somente trará perdas salariais e não trará o combate e o fim da inflação.

Obrigado!

O SR. Presidente (Geraldo Cartário) - Ainda no Horário das Lideranças.

PL, PDT, PMDB, PSDB.

(Declinam).

Passamos à

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 032/94, subscrito pelo Sr. Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente, informando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 28 de fevereiro, 01, 02 e 03 do corrente mês, em função de participação na Caravana da Cidadania. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício n° 034/94, subscrito pelo Sr. Deputado Élio Rusch, constante do expediente, informando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 09 e 10 do corrente mês, em virtude de viagem à Brasília. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

É com honra que passamos a Presidência ao Presidente desta Casa, Deputado Orlando Pessuti.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A pedido do Deputado Nilton Barbosa e Nelson Garcia, registramos a presença do Presidente da Câmara de Vereadores de Umuarama, Companheiro José Evangelista de Albuquerque.

Registramos também, com satisfação, a visita à Assembléia Legislativa no dia de hoje dos prefeitos Ananias, de Guaratuba; Pereira, de Antonina; Tortato, de Paranguá e Ceda de Matinhos.

Solicito a atenção dos Senhores Deputados porque iremos iniciar a votação da Ordem do Dia.

Antes de iniciarmos a votação da Ordem do Dia, como autor do Projeto de Resolução 20/93, que está em votação no item número 1, devemos esclarecer ao Plenário que a questão relativa às divisas que foi questionada por este Plenário já está devidamente corrigida através de uma emenda substitutiva-geral que iremos apresentar por ocasião da segunda discussão da matéria.

Então, o projeto hoje está em primeira votação e na segunda-feira apresentaremos uma emenda substitutiva-geral ao projeto para que a Comissão de Constituição e Justiça tome as devidas providências.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### ITEM 01

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 020/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Campo Magro, desmembrado do Município de Almirante Tamandaré. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

#### ITEM 02

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 597/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza o Poder Executivo a doar área de propriedade do Governo do Estado à Prefeitura Municipal de Santa Fé, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Emenda de Plenário com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO.**

Neste turno iremos apreciar apenas a emenda de plenário aprovada em segunda discussão.

Em discussão a emenda. **Aprovada. O Projeto irá à redação final.**

#### ITEM 03

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 641/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que assegura aos ocupantes de cargo em comissão, não servidores de cargo de carreira técnica ou profissional, da administração direta e autarquias, o direito à contagem recíproca para fins de aposentaria conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Emendas de Plenário com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **APRECIAR NESTE TURNO AS EMENDAS APROVADAS EM 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO.**

Apreciaremos também neste turno apenas as emendas aprovadas em segunda discussão.

Emenda n° 01 de autoria do Deputado Toti Colaço. Em discussão. Em votação. **Aprovada.**

Emenda n° 02 de autoria do Dr. Rosinha, Ovídio Constantino. Em discussão. Em votação. **Aprovada.**

Emenda n° 03 de autoria do Dep. Ovídio Constantino e Dr. Rosinha. Em discussão. Em votação. **Aprovada.**

**O projeto irá à redação final.**

#### ITEM 04

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 062/93, de autoria do Deputado Nereu Moura, que cria o Município de Espigão Alto do Iguaçu desmembrado do Município de Quedas do Iguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.T.I.C.. Emenda de Plenário com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### EMENDA SUBSTITUTIVA N° 01

##### PROJETO DE LEI N° 062/93

##### PARECER:

Analisando a Emenda Substitutiva n° 01, que dá nova redação ao Artigo 1°, do Projeto de Lei n° 062/93, que cria o Município de Espigão Alto do Iguaçu, desmembrado do Município de Quedas do Iguaçu, relatamos que as divisas encontram-se de conformidade com as dispostas no Projeto de Resolução, que autorizou a consulta plebiscitária realizada pelo T.R.E., em 19.12.1993.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça o parecer favorável, para apreciação do douto e soberano Plenário.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 08.03.94.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

Está em discussão o projeto, ressalvada a emenda.

Está em discussão a emenda substitutiva-geral ao Projeto 062/93. Está em votação a emenda substitutiva-geral. **Aprovada. O projeto irá à terceira discussão.**

## ITEM 05

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 093/92, de autoria do Deputado Dirceu Silveira Manfrinato, que declara de Utilidade Pública o Asilo São João Batista, do Município de Tapejara. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 06

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 162/93, de autoria do Deputado Paulo Maia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Recuperação do Alcoolatra de Ivaiporã - A.R.A. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 07

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de lei n° 323/93, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, que dispõe sobre recursos provenientes do sistema de estacionamento regulamentado (ESTAR), conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F..

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 01  
PROJETO DE LEI N° 323/93

Art. 1° - O Art. 1° do referido projeto de lei passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1° - Os recursos provenientes de multas aos proprietários de veículos automotores, decorrentes do Sistema de Estacionamento Regulamentado - ESTAR, ou sob qualquer outra denominação, onde se ache implantado no Estado, reverterão, na proporção de 50% (cinquenta por cento) aos municípios, 25%, (vinte e cinco por cento) ao Conselho de Segurança Pública, e 25% (vinte e cinco por cento) para o Estado.

Sala das Sessões, em 09.03.94.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Apoiamento: Carlos Simões, Nelson Garcia, João Iensen, Lourenço Fregonese, Edson Silva Lino e Luiz Antonio Setti.

## JUSTIFICATIVA:

Os recursos, em sua maioria, devem ser aplicados no município que o arrecadou. É nele que se concentram a fiscalização, a manutenção das vias públicas, bem como, o controle maior da segurança dos cidadãos.

O percentual de 25% para o Estado é mais do que suficiente, pois a globalidade da arrecadação estadual alcança valores

mais do que suficientes para a manutenção das vias públicas.

**O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.**

## ITEM 08

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 542/93, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação de Bairros Sociedade Amigos da Vila Nova Conquista - CIC, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 09

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 623/93, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação do Centro Social Beneficente de Itaperuçu - ACESBI, com sede no Município de Itaperuçu e foro no Município de Rio Branco do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo.**

## ITEM 10

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 741/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores de São Gabriel - AMOSGA, com sede e foro no Município de Colombo, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 11

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 758/93, de autoria do Deputado Arlindo Troian, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Cambará. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 12

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 759/93, de autoria do Deputado Arlindo Troian, que declara de Utilidade Pública Estadual, de acordo com a Lei n° 6994 de 10 de janeiro de 1978, a Associação dos Deficientes Físicos de Toledo - ADFT, com sede e foro na Cidade de Toledo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 13

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 002/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 125/93, que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder em caráter de utilização gratuita à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sapopema, imóvel que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL



da C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 14**

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 226/93, de autoria do Deputado Alceu Swarowski, que dá nova redação ao artigo 49 do Capítulo III, do Título II, da Lei n° 10.219, de 21 de dezembro de 1992, que criou o Fundo de Previdência do Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. (Publ. no D.A. n° 69/93, de 01.06.93).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI N° 226/93**

**P A R E C E R:**

Trata-se de Projeto de Lei n° 226/93, de autoria do nobre Deputado Alceu Swarowski, "que dá nova redação ao art. 49 do Capítulo III, do Título II, da Lei n° 10.219, de 21 de dezembro de 1992".

Inexiste óbice de natureza legal, constitucional ou regimental à sua normal tramitação.

Somos de parecer favorável ao encaminhamento deste ao Plenário.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
COLOMBINO GRASSANO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Doutor Rosinha e Ernani Pudell, com apoio do Senhor Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões.

**Não recebido pela Mesa.**

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, em concordância com o Deputado autor do projeto, apresentamos à Mesa requerimento solicitando a retirada por dez sessões desse projeto de lei, em função de que entendemos necessário maior estudo e a necessidade de informações das Secretarias correspondentes do Estado, a respeito dos cálculos atuariais dos servidores públicos na questão do Fundo de Previdência; como também informações a respeito de uma projeção, quando estamos dando a isenção ou reduzindo a contribuição dos servidores com mais de 60 anos, para que se possa ter uma projeção do que isso refletirá no Fundo de Previdência do Estado.

Então, solicitamos de V.Exa. a votação do requerimento com a concordância do Deputado Swarowski, para que se retire por dez sessões esse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Ovídio Constantino, o artigo 159 do nosso regimento estabelece o seguinte

(Lê): "Antes de ser iniciada a discussão de um projeto, será permitido o seu adiamento, que não excederá dez sessões ou por uma única vez, mediante requerimento escrito e assinado por Deputado."

Este projeto teve a sua discussão e votação já adiada por uma vez em 09.12.93, por dez sessões. Por esta razão não poderemos acolher o requerimento de V.Exa., podendo este projeto ser retirado da discussão e votação, quando retornar em segunda discussão na próxima sessão plenária.

Poderia ser aprovado no dia de hoje e retirado na próxima sessão em que ele comparecer, que será segunda-feira.

Está em votação o projeto. **Aprovado.**

**ITEM 15**

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 401/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 10.219, de 21 de dezembro de 1992, o inciso VIII e do § 4°, com redação conforme especifica (Previdência Social dos Servidores Públicos Estaduais). COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. (Publ. no D.A. n° 110/93, de 16.08.93.).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI N° 401/93**

**P A R E C E R:**

O Projeto de Lei de n° 401/93, oriundo da Mensagem Governamental 041/93, de 10 de agosto de 1993, objetiva acrescentar ao artigo 58, da Lei n° 10.219, de 21 de dezembro de 1992, o inciso VII e do § 4°, com redação conforme especifica.

Analisando sob os prismas legais, constitucionais e regimentais, nada encontramos que pudesse inviabilizar sua apreciação pelo douto Plenário.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 30.11.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
NELSON GARCIA - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**PROJETO DE LEI N° 401/93**

**P A R E C E R:**

De autoria do Poder Executivo-Mensagem n° 41/93, o presente plano de lei objetiva acrescentar ao Art. 58 da Lei n° 10219 de 21 de dezembro de 1992, o inciso VIII e do § 4°, com redação conforme especifica. (Previdência Social dos Servidores Públicos Estaduais).

Analisada a proposta apresentada, esta Comissão não encontrou nenhum impedimento a sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Isto posto, após o exame constitucional, legal e regimental pela douta Comissão de Constituição e Justiça, nosso parecer é favorável à aprovação deste projeto de lei.



É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.93

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

JOÃO PREIS - Relator

Em votação.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar)

- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queríamos encaminhar favoravelmente a aprovação do Projeto em 1.<sup>a</sup> discussão, mas ao mesmo tempo dizer que amanhã apresentaremos emendas a esse Projeto em função de que concordamos com o indicativo do Poder Executivo de que se possa utilizar recursos do Fundo de Previdência para aquisição de ações de empresas estatais, federais e estaduais.

Mas entendemos também, entende a nossa Bancada de que há outras áreas importantíssimas em que se poderá investir na injeção de recursos do Fundo de Previdência na autonomia do Estado, inclusive na produção; e que desta forma estaremos amanhã apresentando emendas a esse Projeto para complementar, no nosso entendimento, aperfeiçoar o Projeto do Executivo.

Era isso Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Projeto.

Senhores Deputados que aprovam, permanecem como estão.

Aprovado.

ITEM 16

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 520/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a celebrar convênios com as Prefeituras Municipais, visando delegar-lhes competência e atribuições, transferindo-lhes serviços previstos na Legislação de Trânsito. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.S.P. e C.O.P.T.C.. (Publ. no D. A. n° 127/93, de 21.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 520/93

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que autoriza o Governo do Paraná a celebrar convênio com Prefeituras Municipais, transferindo-lhes serviços previstos na legislação de trânsito.

No aspecto legal e constitucional nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação neste Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 520/93

P A R E C E R:

Chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Plauto Miró Guimarães Filho que autoriza o Governo do Estado do Paraná a celebrar convênios com as Prefeituras Municipais, visando delegar-lhes competência e atribuições, transferindo-lhes serviços previstos na legislação de trânsito.

O presente recebeu pareceres favoráveis nas Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Pública e de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

No que se refere à competência desta Comissão só podemos enaltecer a nobre iniciativa do parlamentar autor do Projeto, que só vem em defesa dos municípios do Paraná, tão carentes de recursos para sua sobrevivência.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à tramitação e posterior aprovação em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.03.94

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI N° 520/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, o presente plano de Lei, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a celebrar convênios com as Prefeituras Municipais, visando delegar-lhes competência e atribuições, transferindo-lhes serviços previstos na Legislação de Trânsito.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, regimental ou legal, somos de parecer favorável, opinando-se pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.11.93

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 520/93

P A R E C E R:

A matéria ora em análise por esta Comissão Técnica, versa sobre o Projeto de Lei n° 520/93, de autoria do ilustre Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a celebrar convênios com as Prefeituras Municipais, visando delegar-lhes competência e atribuições, transferindo-lhes serviços previstos na Legislação de Trânsito.

Verificamos que a iniciativa desta proposta, não tem qualquer impedimento à

tramitação do presente.

Por esta razão, opinamos favoravelmente à tramitação e posterior aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.12.93

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

JOSÉ ALVES - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei n° 520/93.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, só quero registrar a presença aqui do nosso velho companheiro, e amigo, Nelson da Rocha, que é o vice-Prefeito de Nova Aurora e também do companheiro Antonio Lorival, Presidente da Associação dos Produtores da Sede Ouro, Município de Sulina; e do Cláudio Pereira que é membro daquela Associação, que estão nos honrando com as suas presenças aqui na Assembléia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrado.

Sobre a Mesa, Requerimento n° 336, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 337, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 338, de autoria do Sr. Deputado João Preis, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, só para anunciar a presença nesse Plenário do vereador curitibano, Jorge Miguel Samek, nosso candidato a Governador pelo Partido dos Trabalhadores e por uma frente de esquerda que está se constituindo no Paraná, em visita a este nosso Plenário hoje anunciamos com muita satisfação aos Srs. Deputados e à Presidência dessa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência agradece também a presença do amigo e Vereador Jorge Miguel Samek, filho do Sr. João Samek.

Requerimento n° 339, de autoria do Sr. Deputado João Preis, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 341 a 344, de auto-

ria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 345, de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 347, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 348 a 355, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 356 a 358, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 359 a 362, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, apenas uma lembrança: em fins de dezembro, aliás, antes do recesso parlamentar, entramos com três pedidos de CPI por projeto de resolução que tramitam, parte ainda, na Comissão de Justiça.

Há duas semanas, mais ou menos, logo no reinício dos trabalhos legislativos foi aprovado na Comissão de Justiça o projeto de resolução que cria a CPI dos helicópteros. Gostaria de lembrar a V.Exa. para que coloque na Ordem do Dia para que a Casa aprecie o nosso pedido já que foi aprovado o regime de urgência em fins do ano passado.

Então, só para lembrar a V.Exa. para que nós apreciemos então, já que passou pela Comissão de Justiça, a criação da CPI dos helicópteros, da compra dos helicópteros superfaturados.

Um outro aspecto também, gostaria de pedir ao Presidente da Comissão de Justiça, o ilustre Parlamentar, Deputado Erondy Silvério, que substituísse o Relator que está apreciando o projeto de resolução que cria a CPI do Porto de Paranaguá. Gostaria que o ilustre Parlamentar, Deputado Erondy Silvério, substituísse o Deputado Trevisan que é o Relator desse projeto de resolução e já extrapolou o prazo regimental para entrega desse projeto de resolução.

Então, gostaria de ter a atenção de V. Exa. e do ilustre Deputado Erondy Silvério, Presidente da Comissão de Justiça.

Era só.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência irá se informar com a assessoria sobre a chegada das matérias a esta Mesa e tão logo elas estejam em condições de serem apreciadas em plenário,

iremos tomar as providências necessárias e cabíveis.

Requerimento n° 363, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155 do Regimento Interno.

Esta Presidência, antes de encerrar a Sessão e ouvindo alguns dos Srs. Deputados, anteriormente, vai antecipar a reunião de amanhã das 14:30 para as 14 horas.

Na Sessão de amanhã terá como Ordem do Dia, Discussão Única do Parecer da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Paraná opinando pelo não recebimento e pelo arquivamento da denúncia formulada por magistrados do Estado do Paraná, contra S.Exa. o Governador Roberto Requião.

Para esta Sessão haverá, evidentemente-

te, um rito especial e que cada partido terá à sua disposição uma hora de tempo caso deseje se pronunciar a respeito, podendo esse tempo ser dividido entre 5 oradores que deverão, ao início da Sessão - antes da discussão da matéria, fazerem as suas inscrições junto à Mesa dos trabalhos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 10, às 14 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - do Parecer da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, opinando pelo não recebimento e pelo arquivamento da denúncia formulada por magistrados do Estado do Paraná contra Sua Excelência o Governador Roberto Requião.

Levanta-se a sessão.